

LEITE DE VASCONCELOS E OS AÇORES

J. ALMEIDA PAVÃO*

“... aquele que foi, segundo julgo, o último sábio português”⁽¹⁾

A afirmação referida em epígrafe faz-nos recordar outra similar, a encimar a notícia publicada num jornal da Capital, quando do falecimento do notável investigador, ocorrido no ano de 1941: “Morreu um sábio”.

Entre a afirmação que o indicava como sábio e a asserção que o colocava como “o último sábio português”, somos naturalmente levados a formular estas perguntas: Que se entende por sábio? Que razões determinaram que fosse o último sábio em Portugal?.

Sabedoria entre os gregos da Antiguidade não era apenas o apetrechamento adquirido, como também o equilíbrio da reflexão sobre os factos e as coisas.

O ideal da harmonia total do homem, procurado por Aristóteles, não residiria apenas na σοφία (com o adjectivo correlato σοφός, que significava *saber*, mas na sua correlação com a σωφροσύνη (com a adjectivo correspondente σώφρων), indicativa de prudência e moderação. É a tal sabedoria popular contida nos provérbios.

O propósito de organizar e metodizar o pensamento, na sua relação com a realidade, determinou, no *Organon* aristotélico, a doutrina das categorias, comentadas e reformuladas muito mais tarde por Kant.

Aristóteles proclamava, no conhecimento, o primado da observação e da experiência, muito embora na prática priorizasse a especulação e o raciocínio.⁽²⁾

Daí, muitos séculos depois, a oposição frontal entre o pensamento

* Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada / S. Miguel — Açores.

⁽¹⁾ A. Machado Guerreiro, *São Miguel — Fonte de Teatro Popular* — I. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1990, Nota Prévia, p. 7.

⁽²⁾ cf. Augusto Messer, *História da Filosofia*, Editorial Inquérito, Lda., Lisboa, Jr. 95.

abstracto, feito dogma e o experimentalismo, defendido por Kepler, Galileu, Newton e seus seguidores.

Mas há um conceito mais vulgar de *sábio*: aquele em que se integra o próprio Aristóteles, quando se diz que ele conseguiu abarcar toda a ciência do seu tempo. *Sábio*, neste caso, será aquele que abrange com uma certa profundidade várias áreas do saber. É o que se aproxima, em certa medida, do humanista de Quinhentos, que encontra um dos seus modelos mais perfeitos em Leonardo da Vinci, sem referirmos o genial artista que ele foi. Humanista — entendamos pois — num sentido mais global, com uma tendência abstractizante, envolvendo a própria criação literária e estética.

Ainda no mesmo século, ficou o termo restrito aos seus aspectos literários, dentro duma historicidade que procura os seus figurinos na Antiguidade Clássica, com o domínio dos respectivos instrumentos linguísticos. Era a época dos humanistas filólogos, como tais, especializados nos estudos do grego e do latim, que têm os seus representantes em Erasmo, Clenardo e tantos outros.

O estado de profundidade e proliferação das áreas específicas que, ao mesmo tempo, mais e mais se seccionaram, parecem tender a isolar os conhecimentos em especializações, pondo em causa o conceito do Humanismo, tomado num plano intemporal, como via para uma maior aproximação e maior relacionamento entre os homens, na busca de interesses comuns.

A Filosofia, tão próxima da Ciência, nos seus primórdios, vai sofrendo progressivamente amputações, com alguns retornos: ora aproximando-se desta, com o Iluminismo de Setecentos e o Positivismo do século seguinte; ora afastando-se, através da formulação de teorias do conhecimento e das tendências metafísicas, tomadas naturalmente num sentido muito diverso do do tempo de Aristóteles.

Curiosamente, nos nossos dias, a proliferação e a diversificação dos conhecimentos não os isolam, mas antes reclamam cada vez mais uma interpretação dos mesmos, no reconhecimento da existência e da necessidade de uma interdisciplinaridade, não apenas de cariz pedagógico (como é vulgar entender-se), mas também científico.

Nestas circunstâncias, poder-se-á encarar o estudioso ou o especialista, sem prejuízo do saber em profundidade e sem isolamentos estanques, dentro dum prisma que novamente os aproxima de certo modo, no conceito, do Humanismo de Quinhentos.

Aliás, o saber enciclopédico, tomado no seu conteúdo etimológico, através da análise dos elementos que o constituem (εν-κυκλο-παιδεία), que continha essa conotação de *círculo*, que indica precisamente um envolvimento ou expansão noutras esferas do conhecimento.



Completando a asserção referida em epígrafe, também se diz que Leite de Vasconcelos foi “o último sábio português”. O que leva a encarar duas hipóteses de interpretação: ou no plano da qualidade e da afirmação individual, dado que não é possível encontrar personalidades tão ricas e possuidoras de tão vastos conhecimentos como ele; ou então porque o conceito actual da Ciência já não comporta a acepção tradicional, no sentido de um saber enciclopédico. Talvez admitíssemos as duas hipóteses como aceitáveis: um *sábio* da estatura de José Leite de Vasconcelos aparece com a mesma raridade de um génio, ao nível duma época ou duma nacionalidade. Por outro lado, o moderno tecnicismo ao serviço da ciência conduz a um grau de sofisticação, com a criação da Informática e dos cérebros electrónicos, de tal modo que se transferem para a máquina muitas atribuições que competiam à inteligência humana, poupando-a e permitindo-lhe, ao mesmo tempo, abrir pistas para novas e mais arrojadas surtidas, por um lado e, por outro, trazendo menores desníveis na aquisição de conhecimentos entre os que hoje, tal como então Leite de Vasconcelos, se dedicam ao estudo e à investigação. E agora talvez uma verdade de La Palice: torna-se evidente que, seja qual for o sentido que se pretenda atribuir à definição de ciência, entrarão sempre nela duas componentes imprescindíveis: a presença de virtualidades inatas no domínio individual e a tendência para um autodidactismo na aquisição do saber.

Estamos em crer que, a despeito das destrinças que procurámos estabelecer, o verdadeiro significado contido no binómio *último sábio*, atribuído a Leite de Vasconcelos, aponta para a pluralidade consentânea com a profundidade do saber adquirido.

Na verdade, ao confrontarmo-nos com as matérias que constituem o apetrechamento do notável cientista português, deparamos com um verdadeiro mosaico de áreas de conhecimento, alguns dos quais correlacionados no conteúdo, como a Etnologia, a Arqueologia, a Epigrafia, a Numismática, a História, mas distanciados largamente doutros, como a Literatura ou as Ciências da Linguagem. Com efeito, compulsando o seu *curriculum*, poderíamos classificá-lo como um verdadeiro “coleccionador”

de cursos e graus académicos: Ciências Naturais, na Academia Politécnica do Porto (1879-1881); Medicina, pela Escola Médica do Porto (1881-1886), escolhendo estranhamente, como tese deste último curso, o estudo *A Evolução da Linguagem*, onde já se denuncia o seu gosto pelos estudos glotológicos. E assim melhor se justifica o grau de Doutor pela Universidade de Paris, completando a sua formação em Filologia Românica com a tese *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*.

Tudo isto consentâneo com a fama, que lhe foi justamente atribuída, de ter sido o maior arqueólogo português e um dos maiores epigrafistas da Península, no seu tempo. Como sabemos, é quase incomensurável a sua obra escrita, a tal ponto que ainda não terminou a publicação póstuma dos seus manuscritos.

Leite de Vasconcelos esteve nos Açores, como participante do grupo de intelectuais que os visitaram em Maio de 1924. A iniciativa partiu do diário micalense *Correio dos Açores*, fundado e então ainda dirigido por José Bruno Carreiro. Aponta-se, como justificação de tal visita, o desejo de que os homens “eminentes pela sua cultura, pela sua ilustração, pela sua posição nos meios intelectuais e no meio social português (...) viessem observar o que são estas tão injustamente ignoradas e esquecidas Ilhas, o que são e o que valem os Açores, o que d’eles os Açoreanos têm feito pelo seu trabalho de séculos, o que lhes compete pela sua riqueza e pelas fontes de prosperidade com que a natureza os dotou”⁽¹⁾.

No mesmo número de 25 de Maio daquele Jornal, noticia-se a anuência de Leite de Vasconcelos ao convite que lhe fora dirigido para integrar a caravana de visitantes, com a junção de alguns elementos bibliográficos, incluindo um opúsculo que, pela sua curiosidade, merece aqui a nossa referência, se atendermos a que já fora publicado em 1892, por conseguinte muito antes de aquele estudioso pisar terras insulares. Trata-se do trabalho *Dialectos Açoreanos*, com particular atenção votada ao estudo da fonética, que constitui, na verdade, em algumas das suas Ilhas, como S. Miguel e Terceira, uma das suas características mais peculiares no âmbito da língua. O facto é tanto mais de admirar quanto é verdade que, para a recolha de tais elementos informativos, lhe faltava decerto conhecimento *in loco*, patenteado depois na sua obra *Mês de Sonho*⁽²⁾, que encerra o resultado desta visita.

(1) *Correio dos Açores* de 23-3-1924.

(2) Lisboa, 1926.

Mês de Sonho teve a sua origem num *Discurso* proferido pelo autor na Academia das Ciências de Lisboa, de que era membro efectivo, em 17 de Maio de 1925, o qual forma o núcleo da obra em apreço (aliás o menos volumoso em número de páginas) e cujo sumário vem indicado logo no começo. Divide-se o mesmo em 4 capítulos, assim intitulados: *A Terra, O Povo, Vida Tradicional* (subdividido em *Vida Material e Vida Psíquica*) e *Considerações acerca de cada ilha*.

Para além do *Discurso* mencionado, estão incluídos um *Apêndice* e o respectivo *Aditamento*, cujo conteúdo abrange os aspectos mais diversos, desde a inclusão do *Diário de Viagem*, até considerandos de vária ordem, à publicação de excertos de teatro popular micaelense (*amostras açóricas*) e de estampas de grande interesse etnográfico e já histórico, atendendo ao espaço que mediou entre a visita referida e a data actual.

Não conhecemos em pormenor os depoimentos dos outros visitantes, igualmente credenciados na época e já consagrados na sua maioria, mas podemos afirmar sem receio que trinta dias de permanência no Arquipélago e fixados nos escritos contidos em *Mês de Sonho* se volvem decerto num dos mais completos e profundos testemunhos entre os que resultaram das abordagens feitas no ambiente físico e social das Ilhas Açorianas. Tudo isto condicionado, evidentemente, pela escassez do período de permanência.

Apresentada numa síntese admirável, que não exclui o conhecimento abundante de fontes de informação escritas e orais, até àquela data divulgadas, tal obra não é apenas o resultado da junção desse apetrechamento prévio com a observação realizada. Assenta também e principalmente numa mundividência construída pela reflexão e pelo relacionamento (o tal espírito de interdisciplinaridade que já ele então possuía) com uma amálgama de saberes, que não faz mais do que incorporar novos dados doutras realidades, por um processo de elaboração que já conta com o substrato formado por outras sedimentações. Dir-se-ia um movimento de vaivém, segundo o qual os testemunhos recebidos do meio voltam à origem, enriquecidos e configurados pelas contribuições acrescentadas pelo observador. Nestas circunstâncias, conhecer não é apenas adquirir: é também interpretar, classificar e inserir tais dados recentes no tecido formado por essa globalidade. Neste pressuposto assentará o conceito de *sábio*, apostado ao nome de Leite de Vasconcelos.



A despeito da valiosíssima contribuição que o livro apresenta, não apenas para os Continentais, que desconheciam as Ilhas, como para os

próprios naturais delas, não deixaremos de fazer um ou outro reparo sobre as informações divulgadas, até porque algumas destas já se encontram desactualizadas, dado o espaço que medeia entre o ano longínquo de 1924 e esta última década do nosso século, em que várias mudanças se operaram em diversas zonas de actividades e do *modus vivendi* das gentes açorianas.

De resto, é de lembrar que o material, embora muito, carreado no espaço minguado de um mês, conforme já assinalámos, não pode constituir-se num estudo completo dos sectores abordados. Nem deve esquecer-se que na origem do livro está a preparação de um *Discurso* (diríamos, com mais propriedade, uma conferência), com todas as limitações que lhe são inerentes, incluindo as impostas pelo tempo de que o autor dispunha para o proferir.

Assim, tratando de um modo sumário o povoamento das Ilhas e a legitimidade dos portugueses como seus descobridores, não arrisca qualquer data sobre o descobrimento de Santa Maria (a primeira do Arquipélago), não obstante o conhecimento que já antes Teófilo Braga possuía do documento cartográfico de Gabriel de Valsequa, revelado nos *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, publicados em 1869. Carta que mereceu posteriormente uma análise mais cuidada de Damião Peres, na sua obra *Descobrimientos Portugueses*, sobre as propostas de interpretação apresentadas, detendo-se no ano de 1427, que é hoje oficialmente aceite⁽¹⁾.

O mesmo se não verifica no que respeita ao povoamento, ao referir o seu começo em 1439, relativo à autorização concedida por D. Afonso V ao Infante D. Henrique, seu tio, no concernente apenas a 7 Ilhas, dado que Flores e Corvo só foram descobertas mais tarde⁽²⁾.

Não deixaremos de assinalar que, a propósito da designação de “Ilhas de Baixo”, referente às dos Grupo Central e Ocidental, já esta era utilizada por Gaspar Frutuoso, sem que tal facto revele qualquer incompatibilidade com a explicação sugerida por Leite de Vasconcelos: “aquelas para cujo lado o sol baixa ou se esconde”⁽³⁾.

⁽¹⁾ Cf. op. cit., Porto, 1943, pp. 63 e ss. e nosso Prefácio da 2.^a edição dos C. P. A. A.

⁽²⁾ Cf. op. cit., p. 17.

⁽³⁾ Cf. op. cit., p. 21.

Sobre as origens étnicas dos Açores, o autor segue a lição de Arruda Furtado que, por seu turno, se apoia em Frutuoso, concedendo a prioridade aos vindos do Algarve, nos casos de Santa Maria e de S. Miguel, por ser aquela província o “centro de exploração” do Infante⁽¹⁾. Facto que não impede a entrada de mais grupos oriundos doutras províncias (como afirma ainda Frutuoso), tais sejam do Minho, da Beira e do Alentejo, sem se excluïrem os *mouriscos*, naturais de África e criados do Infante.⁽²⁾

Citando o testemunho do General Lacerda Machado, na sua obra muito divulgada, *Etnogenia Micaelense*, que alude igualmente à predominância de elementos meridionais, firma-se em argumentos de carácter filológico e antropológico⁽³⁾.

Para além disso, Leite de Vasconcelos, baseado na própria observação, acrescenta que “(lhe) parecia haver nos Açores muita influência meridional⁽⁴⁾.” Tal generalização afigura-se-nos arriscada e talvez pouco consistente. Quando muito, válida para as Ilhas do Grupo Oriental, as primeiras povoadas e principalmente para a de S. Miguel, dado que o falar de Santa Maria diverge em absoluto do da outra, situando-se muito mais próximo das Ilhas dos demais grupos. Trata-se, na realidade, de um problema intrincado, na medida em que se torna difícil explicar como, nomeadamente no plano fonético, as duas Ilhas apresentam expressões dialectais tão distanciadas uma da outra. Grupos migratórios diferentes? Talvez.

Segundo reza a tradição, Gonçalo Vaz o Grande, um dos primeiros povoadores, era natural de Vila Franca de Xira, que já não fica situada no sul do país, mas, por outro lado, possui um falar muito afastado dos do Alentejo e do Algarve.

Ainda no que respeita aos aspectos fonéticos, Leite de Vasconcelos anota que o *ü* de S. Miguel também ocorre na Ilha do Corvo, tal como em determinadas regiões da Beira baixa, da Estremadura e do Algarve (“Barlavento”). Sobre o facto, admite duas hipóteses: ou o seu aparecimento espontâneo; ou a sua importação do Continente⁽⁵⁾. Para nós, atentas a

⁽¹⁾ Cf. op. cit., p. 24.

⁽²⁾ *ibid.*

⁽³⁾ Cf. op. cit., p. 28.

⁽⁴⁾ Cf. op. cit., p. 24.

⁽⁵⁾ Cf. op. cit., p. 25.

exiguidade e a mobilidade do seu agregado populacional, não seria de excluir uma migração interna, provinda de S. Miguel. Nós próprio já aventámos a mesma hipótese acerca da nasal *an* (v. g. *gostando*), muito fechada e próxima do francês⁽¹⁾. A propósito, ouvimos, no falar da Ilha da Madeira, o mesmo som *ü*, mas nasalado por uma consoante com que forma sílaba: *muíto*.

No que concerne à predominância do elemento flamengo nas outras Ilhas e à origem do designativo da cidade da *Horta*, L. de V. não aceita a sua filiação em *Hurter*, patronímico que derivou de *Dutra*, com a anteposição da preposição *de*, tradução do original *Van Hurter*⁽²⁾. E não aceita por duas razões: em primeiro lugar, porque “uma mesma palavra, numa mesma época e localidade, não se formava assim; de um lado *Utra* com *u* e do outro *Horta* com *o*; em segundo lugar, o emprego do artigo a preceder o nome próprio — *a Horta*, a nível da linguagem usual, não deixa pressupor tal origem. Não nos parece que o primeiro argumento, tomado quase como um axioma, no domínio da fonética histórica, possa ter a consistência que o autor lhe atribui. Os casos de alotropia, em relação ao latim ou a qualquer outro idioma original, não especificam que a diferenciação verificada se processe necessariamente em locais e épocas diferentes. Estão também dependentes doutros factores, entre os quais o representado pelas diferenças de classe no plano sócio-cultural, que modificam ou adaptam os étimos a formas diferenciadas. Quer dizer: substractos gregários diversos na mesma época ou na mesma localidade podem imprimir tratamentos fonéticos igualmente diferentes do vocábulo primitivo. *Flor* (do latim *flore-*), no século XIII possuía as variantes *frol* e *chor*⁽³⁾ e, ainda na época medieval, *fror*, que aparece no célebre *Lay de Lenoreta*, atribuído a João de Lobeyra e incluído no *Amadis de Gaula*.

De resto, no caso vertente, trata-se de vocábulos situados em áreas distanciadas: um antropónimo e um topónimo.

No que respeita ao segundo argumento, também não colhe. Na verdade, o emprego ou não emprego do artigo, a anteceder o nome dos

(1) Cf. J. Almeida Pavão, *Aspectos Populares Micaelenses*, 2.^a ed., Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981, p. 60.

(2) A existência dos nomes de proveniência flamenga, traduzidos em português, aparece noutros antropónimos, como *Silveira* e *Terra*.

(3) Variante dialectal apontada pelo próprio L. de V. nas suas *Lições de Filologia*, p. 33, 2.^a ed.

topónimos, permanece para nós como um dos tais factos inexplicáveis, que só o uso ou a tradição parecem justificar. No caso da designação das Ilhas, parece persistir um motivo distintivo, na fala corrente: para as que ostentam o nome de Santo, é evidente a supressão do artigo: S. Miguel (não “o S. Miguel”), Santa Maria (não “a Santa Maria”), etc. Mas, em contrapartida, diz-se *a Terceira*, *o Pico*, *o Faial*, *as Flores*, *o Corvo*. Para o caso de localidade, incluindo cidades, vilas e aldeias, não ocorre justificação razoável das destrinças: porquê Ponta Delgada, Angra do Heroísmo (e não *a* Ponta Delgada e *a* Angra do Heroísmo), a par de *a Horta*, *a Praia da Vitória*? Se formos apelar para a origem numa regra comum, concluímos que tal não é possível. Por outro lado, o uso do artigo é facultativo em exemplos, como a Vila Franca (do Campo) ou só Vila Franca do Campo.

Fora do âmbito dos Açores, as mesmas dúvidas permanecerão sobre os designativos de países e capitais da Europa e doutros Continentes, cuja explicação, para nós, só reside na prática linguística, no domínio da oralidade.

De resto, voltando ainda ao caso da *Horta*, cidade do Faial, L de V., contestando a origem flamenga do vocábulo, não apresenta, porém, qualquer outra explicação.

Em relação ao *ô* micaelense, não lhe escapou a sua pronúncia muito característica, análoga à do *u* continental⁽¹⁾. Assim, *todo* (S. Miguel) terá a mesma prolação de *tudo* (Continente).

Ainda sobre o idioma, o autor distingue três grupos de linguagem popular, assim discriminados: o de S. Miguel, o do Corvo e o das restantes Ilhas⁽²⁾.

Trata-se de uma classificação que carece de ser reformulada e que nós substituiríamos deste modo: S. Miguel, Terceira e as restantes Ilhas, com pequenas variantes entre si. O Corvo, aparte aquelas duas peculiaridades fonéticas que já assinalámos e que se explicam como casos meramente acidentais, emparceira com as demais Ilhas dos Grupos Central e Ocidental.

De entre as pequenas variantes das outras Ilhas, notámos o ditongo *ei*, mais fechado na Graciosa e mais próximo de S. Miguel, enquanto no Faial atinge quase a abertura máxima de *ai* (maneira). Por seu turno, nas

⁽¹⁾ Cf. op. cit., p. 49.

⁽²⁾ Cf. op. cit., p. 48.

Flores o ditongo *en* ganha, na sua prolação, a intensidade e a aspereza que tocam as raízes da estridência.

Isto, quanto à fonética, aliás o principal traço distintivo entre os falares ilhéus, porque nos aspectos morfológico, sintáctico, semântico e vocabular muito mais haveria a acrescentar, exigindo uma análise e um estudo comparativo mais pormenorizados.



No que toca ao censo populacional, o autor toma como referências e elementos de comparação os números apurados no século XVIII (224000) e os de 1911 (242.565)⁽¹⁾.

Este último não está muito longe dos números actuais, que se aproximam da cifra dos 250.000, embora já tivessem rondado os 300.000 há algumas décadas, facto que, em nosso entender, representa um sintoma de asfixia, na medida em que algumas vezes foram vedadas as portas da emigração da parte dos Estados Unidos da América, abertas a seguir e pela primeira vez, já neste século, pelo Canadá. Nestas circunstâncias, tal êxodo, que atinge hoje um ritmo normal e, quase poderíamos dizer, metódico, é reconhecido como o tal mal necessário, explicado pelo próprio condicionalismo imposto pela limitação geográfica insular, não obstante o desenvolvimento material verificado em determinados sectores de produção, com largo predomínio da lavoura e dos lacticínios, dela derivados. A menos que uma super-industrialização ou um super-desenvolvimento de qualquer outra ordem, no plano económico, determinassem a criação de muitos mais postos de trabalho. O que se verifica, porém, nos nossos dias, é a tendência para a estabilização de um sistema que se caracteriza por um fluxo contínuo, mais ou menos acentuado, ligado ao circunstancialismo económico e às maiores ou menores limitações impostas pelas leis da emigração decretadas por esses países.

No que respeita aos aspectos mais característicos das populações insulares, o autor muito cautelosamente apenas refere as afirmações escritas por outros, que não raro vão ao sabor das suas preferências, em relação aos grupos descritos. Inserida neste contexto, vêm a proverbial tristeza dos açorianos e o ascendente representado pela insularidade geográfica e pela meteorologia:

⁽¹⁾ Cf. op. cit., p. 28.

“... a gente dos Açores é um tanto triste. Esta tristeza tem o seu fundamento ingénito em igual qualidade dos Continentais; e talvez para ela contribua igualmente aquela incerteza do céu, frequentemente enevoadado, aquele constante e monótono bater das águas do mar na orla das ilhas”⁽¹⁾.

Trata-se de uma tónica que tem seus visos de verdade, descontando um certo exagero da generalização, se recordarmos a alegria festeira dos habitantes da Terceira e do Faial que, embora por motivos diversos, constituem uma excepção bastante pronunciada na marca idiossincrática referida.

Sobre a pureza dos costumes, alguns dos mencionados por Leite de Vasconcelos hoje ainda persistem, tais como o deixar a chave na porta, a demonstrar a honradez da comunidade, conforme o autor verificou na Ribeira Seca da Ribeira Grande e se regista actualmente durante o dia, noutras localidades, como a freguesia das Furnas.

“As cadeias dos Açores estão quási sempre vazias”⁽²⁾.

“Poucas tabernas vi, e consta-me que quando lá vão é para conversar aos Domingos, e não para se embriagarem”⁽³⁾.

Santos tempos que lembram uma idade de ouro que, posta em paralelo com a época actual, revela o contraste com um mais elevado grau de criminalidade e de alcoolismo, registados nas estatísticas oficiais.

Outro hábito, arreigado a velhas tradições, representado pelo modo de vida e pelo traje da *dona* antiga, exemplo da matrona romana, ver-se-á hoje reduzido a raras reminiscências, se é que não desapareceu totalmente.

A parte respeitante à habitação e ao *modus vivendi* das gentes insulares oferece-nos, nos tempos hodiernos, um excelente testemunho etnográfico, que abrange a própria alimentação. Com efeito, não escaparam à retina do observador: o petisco constituído pelos molusco denominado *craca* e a maneira de o comer, ainda hoje tão apreciado; o leite “mamado” (i. é esguichado) no úbere da vaca, condimentado pelo pão de milho, ao pequeno almoço, na ilha do Corvo; o café confeccionado com favas, nas Flores; o *sorrobvalho* (corruptela de so-borralhado, isto é, *sob o borralho*),

⁽¹⁾ Cf. op. cit., p. 31.

⁽²⁾ Ibid.

⁽³⁾ Cf. op. cit, p. 31.

constando de peixe ou marisco assado pelos pescadores do Pico e do Faial⁽¹⁾; os vários tratamentos do bolo açoriano⁽²⁾; a *caçoula* de S. Miguel⁽³⁾, ainda hoje não banida dos pratos apetitosos do nosso povo, nomeadamente nas matanças de porco.

Ainda na área da etnografia e no respeitante ao traje, regista o autor o *Capote-e-Capelo*, com as suas variantes no Faial (onde ambas as partes eram cosidas uma na outra) e em S. Miguel (onde estas formavam duas peças separadas). É usança que ainda conhecemos nos tempos da nossa infância, a qual tanto podia representar uma vestimenta de luxo, incluída no enxoval da noiva, como a concretização da miséria encoberta⁽⁴⁾. Nem deixa de referir o *manto* terceirense, que corresponde ao *capelo* da mesma vestimenta das outras Ilhas citadas.

Leite de Vasconcelos teve a dita de ainda conhecer as carapuças dos homens, que ele descreve com pormenor e que hoje, tal como os trajes atrás referidos, apenas figuram nas gravuras dos livros que se reportam a épocas mais recuadas ou nas secções etnográficas dos nossos Museus, incluindo o Museu Etnológico de Belém, por ele fundado⁽⁵⁾.

O *pé descalço*, que ainda persistiu há duas décadas, incluindo os alunos das escolas primárias, era, no tempo daquele sábio investigador, tão comum em certas Ilhas, que até o Secretário da Câmara do Corvo assim recebeu o nosso visitante⁽⁶⁾.



Dos aspectos contidos no *Mês de Sonho*, o da literatura oral não é o mais representado, a não ser nas transcrições de quadras e nos fragmentos de *Comédias*. Todavia, o teatro popular foi aquele que maior repercussão originou, formando hoje, com a recolha de materiais conseguida, um grosso volume constituído apenas por comédias micaelenses, indevidamente intitulado *Teatro Popular dos Açores (III)* — um dos três que compõem esta modalidade de literatura — dado que compreende apenas

(1) Cf. op. cit., p. 43.

(2) Ibid.

(3) Cf. op. cit., p. 44.

(4) Cf. op. cit., p. 46-47.

(5) Cf. op. cit., p. 46.

(6) Cf. op. cit., p. 48.

um género cultivado em S. Miguel, com uma contextura e uma temática diversas das manifestações congéneres das outras Ilhas.

Tal recolha seria depois continuada por outro não menos valioso volume recentemente publicado pelo INIC, reunido por A. Machado Guerreiro e intitulado *São Miguel — Fonte de Teatro Popular — I* (Lisboa, 1990) acompanhado de uma excelente e elucidativa *Nota Introdutória*.

E é assim — e ainda pela continuidade conseguida na publicação do espólio quase inexaurível deixado pelo sábio Mestre — que a sementeira recolhida continua a produzir tão sazonados frutos.

Ponta Delgada, 26 de Maio de 1991